

**Telma de Barros Correia**

Arquiteta, professora doutora do Departamento de Arquitetura da EESC-USP, Av. Trabalhador Sancarlense, 400, Centro, CEP 13566-590, São Carlos, SP, (16) 3373-9295, tcorreia@sc.usp.br

Ao longo das primeiras seis décadas do século XX, o Recife foi alvo de um conjunto significativo de propostas, pareceres e planos urbanísticos, cuja elaboração envolveu alguns dos mais conceituados urbanistas brasileiros da época – Saturnino de Brito (1918), Domingos Ferreira (1927), Nestor de Figueiredo (1932), Prestes Maia (1933), Atílio Correa Lima (1936), Ulhôa Cintra (1943) e Antônio Bezerra Baltar (1951) – e um atuante reformador social – Louis Joseph Le Bret (1954). Também são significativos os trabalhos acadêmicos voltados ao estudo da cidade durante o século XX, produzidos, entre outros, por estudiosos como Manoel Correia de Andrade, Josué de Castro, Evaldo Cabral de Mello, Mário Lacerda de Melo e José Luiz da Mota Menezes, além de vasta produção recente produzida, como dissertações de mestrado e teses de doutorado.

O livro *Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife das décadas de 1930 a 1950*, da arquiteta Virgínia Pontual, insere-se na produção recente de estudos sobre o Recife, investigando aspectos da relação entre urbanismo e política. Trata-se de contribuição importante para a compreensão do papel de urbanistas e políticos na gestão e nas transformações do espaço do Recife, em um período singular de sua história, marcado por importantes rupturas na forma de administrar a cidade e intervir no seu espaço. O trabalho foi produzido como tese de doutorado no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, tendo o professor-doutor Celso Lamparelli como orientador. A obra baseia-se em ampla pesquisa em fontes primárias, que incluem mapas, dados estatísticos, plantas de zoneamento, planos urbanísticos, relatórios, leis, decretos, orçamentos municipais, fotos, entrevistas e artigos em jornais, boletins e revistas especializadas. Os livros, ensaios e teses acerca da história do Recife e das intervenções

urbanísticas na cidade foram outras fontes importantes de informações mobilizadas na construção da narrativa.

O livro investiga e compara as gestões de dois prefeitos – Novais Filho (de 1937 a 1945) e Pelópidas Silveira (de 1955 a 1959) – assinalando seus contrastes em termos de orientação política e em relação à forma de pensar a cidade e agir sobre ela. A abordagem recupera e articula aspectos relevantes das transformações pelas quais passou o Recife no momento em que a cidade se firmava como uma metrópole e em que tinha sua paisagem e sua imagem vinculadas de forma indelével à pobreza – dos ambulantes na área central e dos moradores dos mangues e dos morros.

Quatro ordens de rupturas são identificadas pela autora no período em análise: mudanças na forma da cidade; alterações no perfil dos governantes e na maneira de administrar a cidade; variações nas características dos planos urbanísticos e no conteúdo das normas urbanísticas; e inflexão na definição das prioridades da intervenção urbanística, em termos do tipo de ação e da distribuição espacial dos investimentos.

Quanto às mudanças na forma da cidade, a autora assinala como o adensamento e a expansão da cidade resultaram em superação da forma “tentacular” que tinha caracterizado o Recife desde seus primeiros tempos. Com a ocupação dos vazios entre os “tentáculos”, o território da cidade assume a forma de uma “mancha urbana”, que se espalha incorporando vastas áreas de mangues e morros ocupadas por mocambos. A obra revela como tal processo foi correlato a críticas de urbanistas acerca do “crescimento desordenado” da cidade, bem como à difusão da visão do Recife como expressão da pobreza da região Nordeste.

\*Resenha do livro de Virgínia Pontual: *Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife das décadas de 1930 a 1950* (Recife, Editora da UFPE, 2001).

Com relação às alterações no perfil dos governantes e na maneira de administrar a cidade, a obra enfatiza os imensos contrastes entre os dois prefeitos, cujas gestões são analisadas, e a forma como esses contrastes se refletiram nos planos e nas ações de cunho urbanístico.

Mostra-se como Novais Filho – prefeito do Recife de 1937 a 1945, isto é, durante todo o Estado Novo – foi nomeado pelo interventor federal Agamenon Magalhães, pautando sua gestão pela fidelidade a este e às diretrizes que pautaram as realizações do Estado Novo. Em seus discursos reafirmava compromissos com uma nova racionalidade na administração pública, baseada na “preocupação em servir”, “na energia para manter a ordem”, na eficiência e na busca do progresso. Ao assumir o cargo colocou entre suas metas extinguir os mocambos, equilibrar as finanças municipais e elaborar um plano de remodelação da cidade. A autora evidencia como esse modelo de gestão teve uma de suas marcas na valorização da opinião de especialistas – entre os quais os urbanistas –, tendo-se seguido fielmente as propostas do Plano de Reforma do Bairro de Santo Antônio (1938) e do Plano Geral de Expansão da Cidade (1943).

Assinala-se como Pelópidas Silveira chega à prefeitura do Recife em um contexto político diverso: governa a cidade de 1955 a 1959, após ter sido eleito pelo voto direto, representando uma coligação partidária – a Frente do Recife – formada por comunistas, socialistas, trabalhistas e correntes da esquerda independente. Em seus discursos reafirmava compromissos com a defesa das liberdades democráticas e com o progresso. A participação de especialistas e da população nas decisões – por intermédio de audiências públicas e da ação de comissões e conselhos técnicos especializados – foi uma das marcas de sua gestão. Adotou os paradigmas do Movimento Economia e Humanismo aplicados ao Recife em planos formulados por Antônio Baltar (1951) e Louis Lebret (1954), sem abandonar procedimentos referentes ao ordenamento das construções (via Código de Obras) e às demandas de agilização dos fluxos (por intermédio do Plano Viário elaborado por Edgar Amorim).

O livro mostra como a gestão de Novais Filho empenhava-se em transformar o Recife numa

“cidade bela, limpa e monumental”, enquanto Pelópidas Silveira colocava como horizonte uma metrópole “industrializada, equilibrada e integrada”.

As variações nas características dos planos urbanísticos e no conteúdo das normas urbanísticas verificadas entre as duas gestões municipais estudadas são tratadas pela autora como reflexo das alterações ocorridas na cidade e no perfil de seus governantes. Por um lado, a obra identifica continuidades nas prioridades e proposições presentes nos planos elaborados para o Recife entre 1927 e 1943, mostrando como o último destes – elaborado por Ulhôa Cintra – permaneceu como referência para ações posteriores de ordenamento da cidade. Por outro, a obra sublinha alguns pontos de ruptura entre os planos concebidos entre 1927 e 1943 e os concebidos na década de 1950. Mostra como os primeiros continham propostas de zoneamento, índices urbanísticos e reforma ou ampliação do sistema viário, priorizando demandas referentes a tráfego, salubridade e monumentalidade. Salienta como na década de 1950 tais prioridades vão conviver com outras, referentes a desenvolvimento e reformas sociais, que deslocam os objetivos das intervenções e as prioridades eleitas. Neste momento indica como a questão regional é incorporada, ampliando o objeto de intervenção da cidade para a região à qual está integrada e com a qual estabelece ampla relação de complementariedade. Diretrizes físico-territoriais são articuladas com objetivos econômicos. Os planos de Antônio Baltar (1951) e Louis Lebret (1954) são apontados pela autora como os marcos dessa reorientação.

A inflexão na definição das prioridades da intervenção urbanística é identificada pela autora em termos do tipo de ação privilegiada e da distribuição espacial dos investimentos. Mostra-se como Novais Filho priorizou a intervenção e a concentração de investimentos nos bairros centrais, onde realizou grande obra de reforma urbana – a abertura da Avenida 10 de Novembro (atual Avenida Guararapes) e a reforma da Praça da Independência – iniciou as demolições para a abertura da Avenida Dantas Barreto, construiu pontes – entre as quais a Ponte Duarte Coelho, projetada por Giacomo Palumbo –, pavimentou ruas e reformou o Parque 13 de Maio. A pavimentação de avenidas ligando o centro a

alguns subúrbios foi ação importante, mas incapaz de reverter a clara prioridade conferida ao centro.

Para a autora, a gestão de Pelópidas Silveira deslocou a prioridade para os subúrbios, especialmente os populares: converteu o Sítio da Trindade, em Casa Amarela, em parque; realizou obras de retificações e revestimento de canais; construiu pontes e pontilhões; e pavimentou avenidas ligando alguns dos principais subúrbios da cidade entre si e ao centro. A autora também enfatiza a atuação do prefeito no controle das tarifas de ônibus, bem como seu papel na implantação do sistema de ônibus elétricos e na fundação da Companhia de Transportes Urbanos. Em relação ao centro da cidade, a principal ação foi o alargamento de trecho da Avenida Conde da Boa Vista.

Em termos de moradia popular, o livro aponta contrastes profundos entre as duas gestões municipais. Novais Filho inseriu-se na política instituída por Agamenon Magalhães de combate ao mocambo via demolições, proibição de reformas nos existentes e de construção de novos e incentivo à construção de casas populares por empresas e por institutos previdenciários. Pelópidas Silveira deslocou a ênfase para o acesso à terra urbana, adquirindo glebas para revender a moradores de mocambos e oferecendo isenção de imposto predial

urbano para as novas construções de alvenaria, ao mesmo tempo em que revogava as proibições de obras em mocambos.

A obra salienta o papel relevante desempenhado, na conformação do espaço da cidade, por políticos, por engenheiros e urbanistas e, sobretudo, por personagens que atuaram nos dois campos de atividades. No último sentido, assinala a atuação dos engenheiros Pelópidas Silveira – quando prefeito – e Antônio Baltar – quando vereador –, desvendando como se dedicaram a uma ação conjunta que trouxe importantes alterações na forma de problematizar a cidade e intervir sobre ela. Para a autora, embora mais explícito nesse governo, o lugar privilegiado do saber urbanístico na gestão da cidade foi uma marca de ambas as gestões investigadas.

Ao concluir seu trabalho, a autora constata que tal não ocorre nos dias atuais. A redução da influência dos urbanistas nos rumos da cidade é avaliada como uma inflexão importante, fruto do surgimento de uma multiplicidade e pluralidade de olhares sobre a cidade. Uma fragmentação que reflete tensões e choques de valores e que abre possibilidades de produção de novos saberes sobre a cidade, mas que também exige do urbanista profunda reflexão acerca de seu lugar nesse novo contexto.